

EUA endurecem negociação de novos empréstimos

Rosental Calmon Alves
Correspondente

AMSTERDÃ — Os Estados Unidos voltaram atrás, de forma súbita e pouco comum em acertos internacionais desse tipo, ao apresentarem novas e mais duras exigências para o aumento de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento, capaz de permitir que essa instituição restabeleça um fluxo substancial de empréstimos para a América Latina. Os outros quatro principais acionistas do BID — Brasil, México, Argentina e Venezuela — já tinham chegado a um acordo com os Estados Unidos e consideraram “inaceitáveis” essas novas exigências, que incluíam condicionar os principais financiamentos do BID ao resultado do monitoramento macroeconômico do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (Bird) nos países que se candidataram a esses empréstimos.

“Isso estourou como uma bomba entre nós”, disse um dos altos funcionários latino-americanos apanhados de surpresa pelo recuo do sub-secretário do Tesouro, David Mulford. O clima ficou bastante tenso e os Estados Unidos acabaram voltando atrás de novo, desta vez para suavizar um pouco as exigências. Em 24 horas, de sábado para domingo, houve quatro reuniões para negociar o assunto. Um dos ministros de finanças latino-americanos envolvidos nessa negociação chegou a dizer a seus colegas: “Se nós aceitarmos uma coisa como essa, podemos voltar para nossos países e procurar outro emprego.”

O JORNAL DO BRASIL teve acesso ao acordo a que os quatro sócios latino-americanos tinham conseguido, no dia 9 deste mês, em Washington, após três anos de resistências por parte do governo americano de participar da operação de aumento de capital, que significa, hoje em dia, virtualmente ressuscitar o BID. O documento é o que seria analisado pela assembleia de governadores da instituição, a iniciar-se hoje, em Amsterdã, se não fosse o súbito recuo americano. Nele, não havia nenhuma menção de atar financiamentos do BID ao monitoramento do Fundo Monetário e do Banco Mundial, como queria, inicialmente, o sub-secretário Mulford ao apresentar, sábado, na última hora, sua nova proposta.

Atribuição — O documento prevê a criação de um tipo de empréstimo setorial mais amplo, semelhante ao modelo do Banco Mundial. Ficou explícito que isso era produto de um “entendimento, somente em princípio, subordinado a que se consiga um acordo geral em torno dos aspectos básicos do aumento” de capital. No entanto, ao se falar dos “componentes de políticas econômicas”, fica claro que o próprio BID e não uma outra instituição exercerá a fiscalização da performance do país que receber o empréstimo.

“Não existem receitas universais ou pré-determinadas para verificar a eficiência setorial. As condições de políticas de um empréstimo setorial são o resultado de um diálogo aberto e franco sobre políticas entre o banco e o tomador do empréstimo...”, dizia o texto original.

O secretário Mulford tentou explicar que a proposta americana derivava da falta de condições do BID para seguir problemas macroeconômicos dos países e que era preciso vincular os novos empréstimos aos programas de ajustamento que os Estados Unidos — e o FMI e Bird por extensão — consideram necessários para a América Latina. Depois do choque que isso causou, a proposta foi sendo amenizada. Em vez de “as instituições de Bretton Woods” (o acordo que criou o FMI e o Bird), ficou só o fundo, mas mesmo assim a resposta dos países latino-americanos continuava sendo “não”. “Nós queremos salvar o BID, mas se o preço é este, então preferimos desistir”, disse um dos negociadores latino-americanos.

O aumento de capital do BID vem sendo adiado há três anos por causa dos Estados Unidos, que inicialmente quis ter poder de voto, já que entrou com a maior parte dos fundos para criar a instituição. Depois de longas e difíceis negociações, Washington cedeu, aceitando, em vez de voto, um esquema para suspender por até um ano qualquer empréstimo, sob certas condições. Sem o aumento de mais de 50% em seu capital, o BID se aprofundará em sua já desastrosa situação — uma organização criada para ajudar o desenvolvimento da América Latina se transformou num dos fatores de drenagem de divisas da região: no ano passado recebeu US\$ 600 milhões de dólares mais do que emprestou aos países-membros.

Entre as delegações do Brasil, Argentina, México e Venezuela ainda havia uma esperança, ontem à noite, de que se chegaria a um acordo para o aumento de capital. Mas para isso, juravam os latino-americanos, os Estados Unidos têm que retirar essa proposta.

A Comissão da Dívida Externa do Senado Federal começa a ouvir, nesta terça-feira, o que os presidenciáveis pretendem fazer com relação ao assunto. O presidente da Comissão, Carlos Chiarelli (PFL-RS), diz que os trabalhos estão na “reta final”. A dívida externa ficou sendo tema de uma comissão especial, no âmbito do Senado, a partir da decretação da moratória, em 1987. O primeiro presidenciável a falar sobre o tema, amanhã, a partir das 9h30m, é o senador Jarbas Passarinho, do PDS. Roberto Freire (PCB), Mário Covas (PSDB), Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional), Leonel Brizola (PDT) e Guilherme Afif Domingos (PL) deverão ser ouvidos até o fim de abril.



Simonsen: a história da Amazônia não passa de ficção-científica